

PENSAMENTO COMPLEXO E TEORIA FEMINISTA: POSSIBILIDADES PARA UM DIÁLOGO

Vivian da Veiga Silva¹

Resumo

A teoria feminista é uma construção científica e acadêmica elaborada a partir da atuação dos movimentos feministas que, por sua vez, se organizam a partir de diferentes vertentes e objetivos, expressando a multiplicidade das experiências das mulheres. Ao reconhecermos esse vínculo entre teoria e prática, torna-se necessário o exercício de pensar de maneira complexa esse campo teórico. Nesse sentido, a proposta para o presente artigo é estabelecer um diálogo entre a teoria feminista e o pensamento complexo elaborado pelo teórico francês Edgar Morin, como forma de superar a visão simplista e unidimensional e construir um conhecimento mais amplo.

Palavras-chave: complexidade; teoria feminista; feminismos

Abstract

Feminist theory is a scientific and academic construction elaborated from the performance of feminist movements, which, in turn, are organized according to different aspects and objectives, expressing the multiplicity of women's experiences. When we recognize this link between theory and practice, it becomes necessary to exercise this theoretical field in a complex way. In this sense, the proposal for this article is to establish a dialogue between feminist theory and complex thinking elaborated by the french theorist Edgar Morin, as a way to overcome the simplistic and one-dimensional vision and to build a broader knowledge.

Key words: complexity; feminist theory; feminisms

¹ Socióloga, doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, professora Assistente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal e vice coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (NEG/UFMS)

INTRODUÇÃO

É possível afirmar que a teoria feminista é uma construção científica e acadêmica elaborada a partir de práticas, questionamentos e demandas que surgem no âmbito dos movimentos feministas, revelando uma ligação intrínseca e inexorável. Conforme nos indica a filósofa estadunidense Sandra Harding (2019), o lugar de teste e de origem da teoria feminista é a vida social, acarretando incoerências e instabilidades, constituindo-se um campo em que o saber e o fazer estão entrelaçados e necessitam de plena consonância para alcançar seus objetivos. Portanto, a teoria somente é válida e pertinente se estiver em diálogo com as práticas e as demandas dos movimentos feministas.

Longe de apresentar-se de maneira homogênea, os movimentos feministas ao redor do mundo são construídos a partir de diferentes vertentes e objetivos, abrangendo a pluralidade feminina e as diversas formas de ser mulher. Portanto, ao forjarmos as reflexões teóricas nesse campo de estudos, é fundamental estarmos cientes da diversidade referente às mulheres, superando a visão simplista que as enxerga sob um rótulo único e homogeneizador.

Nesse sentido, ao reconhecer a instabilidade da categoria mulheres e a complexidade dos movimentos feministas (assim como a tensão entre teoria e prática), buscamos reflexões e debates que possam beneficiar esse campo teórico. No presente artigo, estabelecemos um diálogo entre teoria feminista e pensamento complexo, sendo esse último elaborado pelo teórico francês Edgar Morin, a partir da década de 1960. Ao propor um novo paradigma, Morin busca superar o pensamento simplista e mutilado, estabelecendo uma maneira sistêmica e dialógica de construir a teoria e de pensar a realidade social, partindo de diferentes campos do conhecimento, como teoria da informação, cibernética, teoria dos sistemas e auto-organização.

Desde já, é importante salientar que a complexidade não foi forjada dentro do pensamento feminista, sendo elaborada por um homem branco e europeu, o que pode acarretar algumas ressalvas, conforme discutiremos a seguir. Em que pese esse aspecto, apontaremos elementos do pensamento complexo que, mesmo diante dessas ressalvas, permitem justamente pensar a heterogeneidade e a

multiplicidade dos movimentos feministas. Também é importante destacar que pressupostos da complexidade já estão presentes nas reflexões teóricas das autoras que serão elencadas. Portanto, o exercício do artigo é justamente destacar esses aspectos e tecer o diálogo direto e explícito com a construção teórica de Morin.

1. A COMPLEXIDADE DE EDGAR MORIN

Para Edgar Morin², a busca pelo progresso técnico e científico colocou em xeque o futuro da humanidade. Aquilo que o autor (2011) denomina como “ascensão da insignificância” e “inteligência cega” nos levou à beira do abismo. Partindo dessa crítica à concepção vigente de ciência e ao paradigma cartesiano, Morin passa a se dedicar à construção de um novo paradigma de conhecimento, que ele denomina “complexidade”:

[...] A complexidade surge, é verdade, lá onde o pensamento simplificador falha, mas ela integra em si tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento. Enquanto o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e finalmente ofuscantes de uma simplificação que se considera reflexo do que há de real na realidade. (MORIN, 2011, p. 6)

A crítica à concepção vigente de ciência e ao paradigma cartesiano caminha na direção de que esses simplificam e mutilam a realidade social e o conhecimento, na medida em que separam e hierarquizam dados, simplificam a relação sujeito-objeto, fornecem uma visão unidimensional do mundo, além de fomentar os isolamentos disciplinares. Morin entende que essa perspectiva científica desdobra em uma visão tecnicista, redutora e empobrecida. Segundo o autor,

Qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa (distingue ou disjunta) e une (associa, identifica); hierarquiza (o principal, o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções-chave); estas operações, que se utilizam da lógica, são de fato comandadas por princípios “supralógicos” de organização do pensamento ou paradigmas, princípios ocultos que governam nossa

² Para conhecer a biografia do autor e um panorama de sua obra, ver: MORIN, Edgar. **Meu caminho**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso. (MORIN, 2011, p. 10)

Especificamente sobre a relação sujeito-objeto, o autor tece uma contundente crítica à maneira como ela é construída dentro dos padrões cartesianos: sempre de maneira separada, distante, criando a ilusão de que não se afetam mutuamente. Inclusive, dentro dos pressupostos positivistas, a distância entre os dois termos funciona como o reconhecimento se uma área do conhecimento é uma ciência ou não. Ainda sobre essa discussão, Morin afirma:

[...] efetivamente, a dualidade do objeto e do sujeito se coloca em termos de disjunção, de repulsão, de anulação recíproca. O encontro entre sujeito e objeto anula sempre um dos dois termos: ou bem o sujeito torna-se “ruído” (perturbação), ausência de sentido, ou bem é o objeto, poderíamos dizer o mundo, que se torna “ruído” [...] O objeto e o sujeito, entregues cada um a si próprios, são conceitos insuficientes. A ideia de universo puramente objetivo está privada não apenas de sujeito, mas de entorno, de além; ela é de uma extrema pobreza, fechada sobre si mesma, não repousando sobre nada mais do que o postulado de objetividade, cercado por um vazio insondável tendo em seu centro, lá onde há o pensamento deste universo, um outro vazio insondável. O conceito de sujeito quer vegetando ao nível empírico, quer hipertrofiado ao nível transcendental, está por sua vez desprovido de entorno e, anulando o mundo, encerra-se em seu solipsismo. (MORIN, 2011, p. 41)

Dessa visão, decorre o que ele denomina de paradigma da simplificação, regido pelos princípios da disjunção, da redução e da abstração. Para Morin, a maneira de enfrentar tudo isso seria a partir da complexidade, que ele assim define:

[...] A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico [...] (MORIN, 2011, p. 13)

Também é importante destacar a crítica que o autor faz com relação à concepção clássica de ciência, que acaba restringindo as possibilidades de novas ciências, assim como empobrece o campo científico.

A ciência clássica tinha rejeitado o acidente, o acontecimento, o acaso, o individual. Qualquer tentativa para reintegrá-los só podia parecer anticientífica no quadro do antigo paradigma. Ela tinha rejeitado o cosmos e o sujeito. Ela tinha rejeitado o alfa e o ômega, para se manter numa faixa média, mas desde então esta faixa

média, esse tapete voador, à medida que se avançava no macro (astronomia, teoria da relatividade) e no micro (física das partículas), revelava-se ao mesmo tempo miserável e mitificador. Os problemas essenciais, os grandes problemas do conhecimento, eram sempre reenviados ao céu, tornavam-se espectros errantes da filosofia: Espírito, Liberdade. A ciência, do mesmo jeito, tornava-se cada vez mais exangue, mas seu fracasso enquanto sistema de compreensão era mascarado por seu sucesso, correlativo, enquanto sistema de *manipulação*. (MORIN, 2011, p. 53)

Partindo dessas críticas, Morin pensa a complexidade a partir de alguns campos específicos, que permitem superar a simplificação e a disjunção. Da teoria de sistemas, ele retira a concepção de que algo somente funciona a partir da associação combinatória de elementos diferentes, o que traz a compreensão de que um todo não se reduz à soma de suas partes, mas sim constitui-se em uma unidade complexa. Aqui reside a simultaneidade do fechamento e da abertura: o sistema aberto (a vida social e o ser humano, por exemplo) é uma unidade organizada, fechada sobre si, mas que só existe ao relacionar-se com o exterior. Portanto, abertura e fechamento (abertura permite o fechamento) são características desse aspecto, que permite a auto-organização:

A realidade está, desde então, tanto no elo quanto na distinção entre o sistema aberto e seu meio ambiente. Este elo é absolutamente crucial seja no plano epistemológico, metodológico, teórico, empírico. Logicamente, o sistema só pode ser compreendido se nele incluímos o meio ambiente, que lhe é ao mesmo tempo íntimo e estranho e o integra sendo ao mesmo tempo exterior a ele. (MORIN, 2011, p. 22)

Dialogando com a cibernética (que, por sua vez, dialoga com a teoria dos sistemas), Morin acrescenta a noção de máquina como uma totalidade organizada, apoiada na ideia de informação:

Mas, muito rapidamente, a transmissão de informação ganhou um sentido organizacional com a cibernética: de fato, um “programa” portador de informação não só comunica uma mensagem a um computador, ele lhe ordena certo número de operações. (MORIN, 2011, p. 25)

A partir dessas considerações, podemos compreender que a complexidade é regida por três princípios, que por sua vez, estão interligados: princípio dialógico (associação simultânea de dois termos complementares e antagônicos); princípio da recursão organizacional (quebra da linearidade; tudo o

que é produzido volta-se sobre o que o produz, criando um ciclo de auto constituição, de auto-organização e de autoprodução; princípio hologramático (tal qual um holograma, o todo está nas partes e as partes estão no todo).

Uma ressalva que Morin considera importante é a diferença entre complexidade e completude. O autor indica que não almeja um conhecimento total e acabado, mas sim um conhecimento de caráter multidimensional, que permita perceber as relações e as conexões entre todas as partes de um objeto analisado, assim como a maneira como o produtor do conhecimento é afetado e afeta sua pesquisa. De acordo com o autor,

A visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, considera que há uma realidade econômica de um lado, uma realidade psicológica de outro, uma realidade demográfica de outro, etc. Acredita-se que estas categorias criadas pelas universidades sejam realidades, mas esquece-se que no econômico, por exemplo, há as necessidades e os desejos humanos. Atrás do dinheiro, há todo um mundo de paixões, há a psicologia humana. Mesmo nos fenômenos econômicos *stricto sensu*, atuam os fenômenos de multidão, os fenômenos ditos de pânico [...]

A consciência da multidimensionalidade nos conduz à ideia de que toda visão unidimensional, toda visão especializada, parcelada é pobre. É preciso que ela seja ligada a outras dimensões; daí a crença de que se pode identificar a complexidade com a completude. (MORIN, 2011, p. 69)

Portanto, para Morin, pensar a complexidade é romper a unidimensionalidade e a simplicidade, percebendo as interações, retrações e diálogos, superando os isolamentos científicos e disciplinares, estabelecendo um conhecimento mais completo da realidade social e reconhecendo as instabilidades, as incertezas e as desordens (essas entendidas como acasos e imprevisibilidades). Pensar a partir do pensamento complexo é compreender que as entidades a serem estudadas são sistemas que somente existem e sobrevivem a partir da relação com o exterior, sendo compostas por partes heterogêneas e dialógicas que garantem a sua sobrevivência. Aqui reside o paradoxo do uno e do múltiplo: um sistema composto de partes diversas que atuam inseparavelmente para seu funcionamento, sendo que o todo não se reduz as partes e vice-versa, o que demanda olhar a totalidade, o tecido completo.

Importante destacar que Morin não considera a complexidade como uma resposta ou como uma

solução para o conhecimento e a realidade social, mas sim como um desafio à nossa maneira de pensar. A partir disso, colocamos as seguintes questões: como o pensamento complexo pode dialogar com a teoria feminista? Como a teoria feminista pode se favorecer da complexidade? O que já existe de complexid

2.A TEORIA FEMINISTA A PARTIR DA COMPLEXIDADE

Para iniciar o diálogo entre esses dois campos teóricos, afirmamos que a teoria feminista precisa efetivamente se construir de maneira complexa para dar conta da especificidade de seu objeto e de seus objetivos. Há muito superou-se os essencialismos sobre o que é ser mulher, abarcando agora múltiplas formas de ser e de estar mulher(es). No entanto, não é possível negar a especificidade da vivência das mulheres no mundo, afinal, disso se trata a teoria feminista.

Podemos, então, definir a teoria feminista como um todo formado por partes heterogêneas (diferentes vertentes de pensamento e ação), porém inseparáveis e associadas entre si, visto que convergem para um fim único que é pensar a vivência das mulheres em sociedade. Visto que se constrói a partir das práticas dos movimentos feministas e das demandas da realidade social, é uma entidade aberta, que se “alimenta” a partir do exterior. As instabilidades e as interações do exterior propiciam que a teoria feminista passe por processos de auto-organização, se renovando sempre que necessário para garantir sua permanência. Pensar a heterogeneidade que compõe teoria e prática feminista de maneira complexa (associada e solidária) e não separada, é um desafio, mas pode ser a chave para a permanência e o êxito desse campo.

Nesse ponto, já é possível nos aproximarmos da complexidade, visto que ela visa justamente olhar um panorama mais amplo e que fuja da visão simplificadora:

Assim, o paradigma simplificador é um paradigma que põe ordem no universo, expulsa dele a desordem. A ordem se reduz a uma lei, a um princípio. A simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. Ou o princípio da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução). (MORIN, 2011, p. 59)

Portanto, a teoria feminista precisa tratar do uno (ser mulher) e do múltiplo (diversidade de mulheres), não podendo ser um campo fechado, unidimensional e não-dialógico. É fundamental abarcarmos as singularidades das mulheres ao redor do mundo, mas sem criar divisões e agrupamentos; é preciso unificar o diverso, sem homogeneizar, excluir ou simplificar. A partir das reflexões de algumas teóricas feministas, é possível visualizarmos as possibilidades de um diálogo com a complexidade.

O primeiro diálogo que estabelecemos é com a historiadora estadunidense Joan Scott e sua definição de uma categoria central para a teoria feminista: gênero. Ela nos lembra que essa categoria é fruto das lutas feministas, portanto não podemos negligenciar ou esquecer o seu lócus de nascimento. Para a autora (1990), gênero é uma categoria analítica que, ao definir o significado social e cultural que as sociedades atribuem aos caracteres biológicos, nos permite visualizar como as relações humanas são construídas. Sendo então um elemento relacional, Scott (1990) aponta que gênero é uma forma primária de significar as relações de poder, sendo expressa nos mais diversos planos (político, econômico, simbólico, etc.) e nas mais diversas doutrinas (religiosa, educativa, científica, política e jurídica).

Essa definição nos permite apreender a complexidade dessa categoria. Somente é possível compreendê-la a partir de uma visão relacional e dialógica: gênero é, antes de tudo, um elemento que se constrói nas relações sociais entre os indivíduos e que cada indivíduo aprende a partir das mais diversas esferas sociais. Portanto, é uma categoria aberta, que se constrói e se reproduz a partir da mediação entre sociedade-indivíduo e entre indivíduo-indivíduo.

Também refletindo sobre essa categoria, a teórica italiana Teresa de Lauretis nos traz uma definição de sistema de sexo-gênero que dialoga com a complexidade, trazendo a ideia de recursão organizacional:

O sistema de sexo-gênero, enfim, é tanto construção sociocultural quanto aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos inseridos na sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar

como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. Assim, a proposição de que a representação de gênero é a sua construção, sendo cada termo a um tempo o produto e o processo do outro, pode ser reexpressa com mais exatidão: “A construção de gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação”. (LAURETIS, 2019, p. 126)

Ainda no campo das categorias analíticas, Harding (2019) conclui que as categorias analíticas feministas devem ser instáveis, visto que seu lugar de formação e de teste é a vida social, e essa é, por essência, instável e incoerente.

[...] é possível aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos, usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática. Não há “ciência normal” para nós! Recomendo aceitar essa mesma solução, apesar de se tratar de uma meta incômoda [...] (HARDING, 2019, p. 99)

Dessa reflexão de Harding, podemos apreender dois elementos que remetem à complexidade. O primeiro elemento é a instabilidade: para Morin (2011), é impossível eliminar o acaso e a desordem (sendo essa entendida como instabilidades), portanto devemos aprender a lidar com isso. Da mesma maneira nos indica Harding, visto que a teoria feminista e suas categorias analíticas são construídas a partir das imprevisibilidades e das inconstâncias da vida social e dos movimentos feministas.

É fato que teoria e prática não se apresentam atualmente com as mesmas características de seu surgimento. As diversas ondas feministas trouxeram transformações e novas pautas, reconhecimento de novos sujeitos e a visibilidade da diversidade de mulheres. Portanto, é impossível pensarmos em fechamento e fixidez para esse campo teórico, aos moldes de outros campos. A teoria feminista está em perpétua mudança, partindo sempre dos incômodos sentidos pelos movimentos feministas e pelas mulheres. Essa é a sua razão de existir.

Isso nos remete ao segundo elemento da discussão de Harding que remete à complexidade: a impossibilidade de que a teoria feminista seja uma “ciência normal”. Os parâmetros do que é científico ou não foram pensados a partir do paradigma cartesiano, sobretudo na ideia de separação entre sujeito e objeto, conforme discutido na Introdução. Nessa perspectiva,

como considerar a teoria feminista um campo científico, se essa separação inexistente e se as categorias analíticas são tão instáveis? Justamente rompendo com esse paradigma vigente e adotando uma nova perspectiva, que permite pensar as ciências sobre outros pressupostos, o que é justamente a proposta do pensamento complexo.

Abrindo um parêntese, os debates de Harding nos levariam também a outra discussão (já indicada na Introdução do artigo): seria válido estabelecer um diálogo entre pensamento complexo e teoria feminista, sendo que aquele foi elaborado por um homem? Não estaríamos criando distorções tanto das construções teóricas originais quanto da abordagem teórica feminista?

Embora cientes desse risco, consideramos válido o exercício aqui exposto, visto que Morin trata a proposta do pensamento complexo como um desafio: de que maneira podemos pensar de outra maneira? Como podemos superar as simplificações teóricas e científicas? De que maneira podemos construir um conhecimento mais completo e enervado? Entendemos que não se trata de enquadrar a teoria feminista dentro da complexidade ou de construir novas categorias, mas sim de perceber como a teoria feminista já pensa a complexidade e de destacar como essa ideia pode ser frutífera na organização dos saberes já construídos. Pensar a teoria feminista é pensar de maneira complexa.

Retomando o exercício de pensar a complexidade no campo da teoria feminista, a partir das ideias de Scott, Lauretis e Harding, podemos afirmar que teoria e movimentos feministas funcionam de maneira dialógica, se retroalimentando; portanto, devem se constituir enquanto entidades abertas. Dessa maneira, a teoria feminista não é uma “ciência normal”, mas sim um campo científico ciente de suas instabilidades e que perpetuamente precisa regenerar-se, construindo novas categorias analíticas e novas formas de equilibrar ordem e desordem. Para Morin,

A ordem? É tudo o que é repetição, constância, invariância, tudo o que pode ser posto sob a égide de uma relação altamente provável, enquadrado sob a dependência de uma lei.

A desordem? É tudo o que é irregularidade, desvios com relação a uma estrutura dada, acaso, imprevisibilidade. (MORIN, 2011, p. 89)

Portanto, a teoria feminista, dentro desse processo de abertura e diálogo com a realidade social, se renovaria constantemente em decorrência das demandas e das inquietações das mulheres, passando por problemáticas comuns entre as sociedades, especificidades de determinados grupos, novas e velhas questões. A relação entre sujeito e objeto também se mostraria de maneira indissociável, afetando-se reciprocamente, visto que as produtoras de conhecimento teórico nesse campo também são as mulheres que almejam outro tipo de existência em sociedade ou são afetadas pelos problemas discutidos.

Nessa perspectiva, a complexidade também nos ajuda a pensar os múltiplos feminismos que se constituíram nas últimas décadas, fruto da contestação de mulheres que não se viam representadas pelas primeiras ondas feministas. Sobre a ideia de regeneração permanente, Morin afirma:

[...] Não há nenhuma receita de equilíbrio. A única maneira de lutar contra a degenerescência está na regeneração permanente, melhor dizendo, na atitude do conjunto da organização a se regenerar e a se reorganizar fazendo frente a todos os processos de desintegração. (MORIN, 2011, p. 89)

Entendemos que a transformação e a diversificação percebida no movimento feminista é um processo de auto-organização e regeneração, justamente para abranger as múltiplas formas de ser mulher. Da mesma maneira, podemos entender que tudo isso se constituiu em uma perturbação da teoria feminista clássica, que precisou se regenerar para abranger a diversidade e não cair em degeneração. Para pensar esse aspecto (traçando a interface com o pensamento complexo), consideramos fundamental trazer reflexões de teóricas do feminismo negro, dos estudos pós-coloniais e decoloniais.

O feminismo negro elaborou suas reflexões e reivindicações a partir da crítica de que as primeiras manifestações feministas não reconheciam o elemento raça como algo fundamental para compreender a vivência feminina, centrando-se apenas na questão de gênero, o que, por sua vez, contemplaria especificamente as pautas das mulheres brancas. Sobre esse aspecto, a teórica brasileira Sueli Carneiro afirma:

[...] é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto das sociedades multirraciais,

pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2019, p. 315)

A partir dessa vertente feminista, passamos a utilizar o termo interseccionalidade como forma de compreender como as diversas identidades sociais irão determinar as violências e as opressões sofridas pelas mulheres nas sociedades. Sobre a importância da interseccionalidade, Carneiro ressalta:

A origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas e pobres, de todas as partes do mundo, lutem para reintegrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social. Até onde as mulheres brancas avançaram nessas questões? (CARNEIRO, 2019, p. 318)

Logo, gênero não é o fator único de opressão, incluindo-se aí: raça, etnia, classe social, orientação sexual, idade, nacionalidade, territorialidade, padrões corporais, etc. Não é possível homogeneizar as experiências e as reivindicações das mulheres, o que nos leva a necessidade de olhá-las de maneira complexa, percebendo-as como seres que compartilham vivências, mas que carregam identidades sociais diversas, ocupam diferentes espaços e possuem diferentes desejos e necessidades. Mais uma vez, se destaca a importância de equilibrar o uno e o múltiplo, assim como fica perceptível como a categoria interseccionalidade se aproxima dos pressupostos da complexidade.

Partindo dos debates do feminismo negro, entendemos que é fundamental a compreensão de que a identidade individual é construída a partir de múltiplos marcadores identitários, o que, por sua vez, determinará os privilégios alcançados ou as opressões sofridas em sociedade. Essa compreensão nos encaminha à complexidade, visto que não é possível criarmos caixas e separações desses aspectos, fazendo-se necessário ver as mulheres em sua totalidade e em suas especificidades. Acerca dessa perspectiva, a escritora estadunidense Audre Lorde nos traz uma reflexão de suma importância:

[...] Como uma lésbica feminista negra, confortável com os diversos ingredientes de minha identidade, e uma

mulher comprometida com a liberdade racial e sexual, vejo que sempre estou sendo encorajada a arrancar algum aspecto de mim mesma e mostrar esse aspecto como sendo o todo significativo, eclipsando ou negando as outras partes do eu. Mas essa é uma maneira destrutiva e fragmentada de viver. Só disponho de toda a minha energia concentrada quando integro todas as partes de quem eu sou [...] (LORDE, 2019, p. 245)

Aqui a autora nos alerta para o perigo da fragmentação dos movimentos feministas (e também da teoria feminista), que acaba criando compartimentos, separações e vertentes para dar conta das múltiplas especificidades, sem a preocupação de abranger a totalidade da identidade de cada mulher. A disjunção de elementos (mulher, negra, lésbica) enxerga a questão apenas de maneira unidimensional, discutindo cada aspecto separadamente e muitas vezes forçando às fragmentações de vivências e identidades, como Lorde argumenta. Adotando uma perspectiva multidimensional, que enxerga as identidades femininas como a multiplicidade de identidades, todas agindo e interagindo simultaneamente, conjuntamente construindo cada mulher, é possível alcançar uma visão ampla, que contempla a complexidade da vivência feminina, sem criar fragmentações, tanto da identidade quanto dos grupos e das vertentes.

Ainda sobre a construção das identidades, a teórica e ativista estadunidense Patricia Hill Collins aponta para a importância da autodefinição para as mulheres negras, visto que elas acabam levando duas vidas: uma que é pensada e representada pela sociedade como um todo (sobretudo pelas pessoas não negras) e uma que é construída pelas próprias mulheres negras.

[...] As vidas das mulheres negras são uma série de negociações que almejam à reconciliação das contradições que separam nossas próprias imagens do eu, definidas internamente, como mulheres afro-americanas, de nossa objetificação como o outro. (COLLINS, 2019, p274-275)

Na discussão da autora, percebe-se um aspecto mais assustador da fragmentação, pelo fato de que às mulheres negras é negada a construção da autorepresentação, impondo a elas uma identidade forjada por outro e na qual elas não se reconhecem. Nesse aspecto, mais do que superar a unidimensionalidade, faz-se necessária a consolidação da visão antirracista e da destruição das

hierarquizações raciais, como forma de exterminar essas práticas de objetificação das mulheres negras.

A partir das reflexões teóricas das feministas negras citadas, podemos nos aproximar da complexidade remetendo à categoria de interseccionalidade. Ao compreendermos os corpos femininos como lugares atravessados por múltiplas identidades, alcançamos a necessidade de entendê-lo no seu todo, sem disjunções e separações. Utilizar a interseccionalidade como conceito analítico é justamente religar as partes e compreender como elas dialogam para formar o todo. Também ressaltamos a importância da interseccionalidade, assim como das reflexões teóricas apresentadas, como estratégia para as lutas antirracistas, para a visibilidade das mulheres negras e para a superação das discriminações e das exclusões.

Também consideramos fundamental remetermos às reflexões teóricas dos feminismos ligados aos estudos pós-coloniais e decoloniais³. A partir das teóricas argentinas Karina Bidaseca e Vanesa Vasquez (2010), podemos compreendê-lo como um movimento que reconhece a especificidade das mulheres que habitam sociedades atravessadas pelo colonialismo e pela colonialidade. Essa última deve ser entendida como a instauração de um sistema-mundo estruturado a partir da classificação racial/étnica da população mundial. Dessa forma, essas expressões do feminismo buscam quebrar o monopólio das vozes hegemônicas e colonizadoras, buscando garantir a visibilidade das mulheres não-brancas e colonizadas.

Nessa perspectiva, a primeira contribuição que trazemos é da autora e teórica cultural *chicana* Gloria Anzaldúa. A autora critica o que denomina de movimento feminista branco, que construía sua agenda tomando como referência a mulher branca, heterossexual, ocidental, de classe média, urbana e educada, não incluindo em suas reivindicações as especificidades de mulheres negras, *chicanas*, pobres, periféricas e terceiro-mundistas.

³ Embora essas sejam vertentes que dialogam, elas também se contrapõem. Os estudos pós-coloniais surgem nos anos de 1980, a partir de intelectuais de ex-colônias europeias que atuavam na academia anglo-saxônica, propondo um discurso anticolonial. Já os estudos decoloniais surgem na América Latina entre as décadas de 1980 e 1990, propondo um giro epistemológico, ou seja, uma teoria pensada a partir do Sul.

Um dos elementos centrais de sua obra é a crítica à noção de identidade colocada em termos monolíticos, nos alertando para a ideia de que os corpos (sobretudo aqueles denominados mestiços) são atravessados por múltiplas identidades, que confluem para criar uma nova identidade:

El choque de un alma atrapada entre el mundo del espíritu y el mundo de la técnica a veces la deja entullada. Nascida em uma cultura, posicionada entre duas culturas, estendendo-se sobre todas as três culturas e seus sistemas de valores, *la mestiza* enfrenta uma luta de carne, uma luta de fronteiras, uma guerra interior. Como todas as pessoas, percebemos a versão da realidade que nossa cultura comunica. Como outros/as que vivem em mais de uma cultura, recebemos mensagens múltiplas, muitas vezes contrárias. O encontro de duas estruturas referenciais consistentes, mas em geral incompatíveis, causa um choque, uma colisão cultural. (ANZALDÚA, 2019, p. 324)

Com isso, é possível e necessário pensarmos os sujeitos de maneira interseccional e dialógica, expressando a luta por um movimento e uma teoria que não homogeneíze as mulheres e suas demandas, que não sufoque em um estereótipo as multiplicidades de ser mulher e que não silencie aquelas que fujam dos padrões acadêmicos hegemônicos. Atrelada às reflexões sobre fronteira, Anzaldúa busca construir uma nova identidade fronteiriça. A autora relembra o turbilhão de guerras, conflitos e contatos interétnicos que marcaram o México e sua fronteira com os Estados Unidos. Como enquadrar, em uma perspectiva engessada de identidade, sujeitos atravessados e fronteiriços, que vivem entre duas ou mais culturas? Portanto, para dar conta de todo esse processo e compreender corretamente as identidades aí forjadas, demanda-se pensar complexamente, fugindo das ideias unilaterais e monolíticas.

Anzaldúa também nos conchama a pensar uma nova consciência, a consciência *mestiza*, que se constrói a partir da ambiguidade e das contradições:

A nova *mestiza* enfrenta tudo isso desenvolvendo uma tolerância às contradições, uma tolerância às ambiguidades. Aprende a ser uma índia na cultura mexicana, a ser mexicana de um ponto de vista anglo-americano. Aprende a equilibrar as culturas. Tem uma personalidade plural, opera em um modo pluralístico – nada é posto de lado, o bom, o ruim e o feio, nada é rejeitado, nada é abandonado. Não apenas sustenta contradições, como também transforma a ambivalência em outra coisa. (ANZALDÚA, 2019, p. 325)

Podemos aproximar as reflexões teóricas de Anzaldúa ao pensamento complexo na medida em que ela nos convida a pensar a identidade *mestiza* como uma associação combinatória de elementos diferentes que formam um todo, remetendo a uma visão sistêmica. Logo, é uma identidade complexa, que não pode ser vista de maneira redutora. Tal qual as feministas negras indicam com a categoria de interseccionalidade, Anzaldúa conclui que simplificar a concepção de mulher gera exclusões, estigmatizações e preconceitos, portanto sendo obrigatório mais uma vez pensarmos a ideia de uno e de múltiplo para a vivência e a experiência das mulheres.

Ainda dentro das discussões anticoloniais e decoloniais, Bidaseca e Vazquez indicam que o feminismo hegemônico ocidental atuou de maneira universalizante e etnocêntrica, de maneira a desconsiderar o conhecimento das sociedades ao Sul. Portanto, o feminismo decolonial pretende justamente incorporar a voz e as demandas das mulheres colonizadas que foram silenciadas.

[...] Para nosotras se trata de complejizar este pensamiento tomando al género como objeto de análisis y así construir un pensamiento que parta del borde entre la episteme occidental y las epistemes de los pueblos colonizados, e instale a América Latina y los llamados países del Tercer Mundo como lugares legítimos de enunciación no pretendidamente universales. (BIDASECA; VAZQUEZ, 2010)

Embora aqui as autoras expressem a intenção de construir um sistema teórico situado no Sul e que fuja das teorias hegemônicas e coloniais, podemos aproximar o pensamento complexo do esforço das autoras justamente por essas colocarem a necessidade de tornar as análises feministas e de gênero complexas, de maneira a contemplarem as peculiaridades das mulheres não-brancas e de passado colonial. Superar o denominado feminismo hegemônico requer o esforço de pensar o múltiplo e o diverso, de abranger as reivindicações das mulheres que foram excluídas do movimento e da teoria, dando-lhes voz para a realização dessa tarefa. Superar o simples e instaurar o diverso e multifacetado é uma das intenções da complexidade.

Por fim, trazemos uma ideia de Morin, ligada a complexidade, que nos leva à importantes reflexões

acerca das mulheres: a totalidade biopsicossocial. Embora seja algo que aparece nos seus primeiros escritos sobre a complexidade e ao qual não dedica tanta atenção, essa categoria analítica remete a ideia de que os seres humanos não podem ser compreendidos apenas por determinados aspectos ou separados em temáticas e campos, mas sim deve ser visto em sua totalidade, pois todos os elementos agem sobre si e dialogam, se determinando e atuando para criar o todo. Aplicada à teoria feminista, devemos compreender as mulheres como totalidades construídas a partir de múltiplos aspectos (conforme discutido anteriormente), mas que não podemos negligenciar também o aspecto biológico e corporal.

Para discutirmos esse ponto, trazemos trechos da narrativa da jornalista congolense Caddy Adzuba, sobre casos de estupro de mulheres durante a guerra civil em Congo, apresentada no documentário *PourQuoi?*, produzido pela artista Ouka Leele.

Mulher estuprada por rebeldes, que entraram onde se encontrava com seus 5 filhos e seu marido. Estavam começando a jantar quando o grupo armado, 7 homens armados, entraram em sua casa. Estes homens violaram esta mulher diante de seus filhos e seu marido. Além do ato em si de estupro, o rebelde introduziu uma arma na genitália da mulher, obrigou a mulher a ficar nua diante dos filhos [...]. Completamente ferida e sangrando, os rebeldes obrigaram o filho mais velho a estupra-la também [...] Levaram esta mulher a um bosque com seus filhos (prática comum para que sirvam de escravos sexuais). Foi separada de seus filhos. Após um mês, perguntou aos rebeldes sobre seus filhos, queria ver os filhos. Os rebeldes disseram “muito bem, precisa de seus filhos? Agora mesmo os traremos”. Algumas horas depois, chegaram com uma bolsa grande cheia de crânios. Diante da pergunta da mulher de por que daquilo, os rebeldes disseram que mataram seus filhos, simplesmente por que necessitava comer. A mulher não entendeu. E então eles responderam: “temos te dado de comer cada dia, tem comido carne cada dia e não estamos aqui para caçar para você”.

Esse brutal relato nos permite visualizar como o corpo feminino é alvo de múltiplas agressões e violências, muitas vezes sendo lido sob o signo da desumanização. Suas características biológicas (genitália e procriação) são utilizadas como instrumento de agressão; a especificidade da vivência da mulher é convertida em uma estratégia para humilha-la e domina-la. Portanto, aqui percebe-se como o biológico é afetado e significado pelo social e pelo cultural.

Durante as guerras e os conflitos (a guerra civil congoleza é apenas um exemplo dentre vários), esse corpo é visto como espaço inimigo e campo de batalha, devendo ser dominado e violado. Para a antropóloga indiana Veena Das (2011), esses eventos críticos afetam e se concentram sobretudo nos corpos de mulheres e crianças, por esses se constituírem enquanto principais receptáculos da violência do Estado e da família.

A especificidade biológica das mulheres também se revela nas violências e nas exclusões sofridas por aquelas que não são consideradas mulheres reais, como travestis e transexuais. Sob a argumentação de que esses corpos são abominações por não corresponderem ao binarismo masculino/feminino, essas mulheres sofrem múltiplas violações justamente pela ausência de características biológicas consideradas femininas. Se no caso das mulheres cisgênero, as agressões se devem à presença do aparelho reprodutor feminino (como esses são lidos como permissão para a violência), no caso de travestis e mulheres transexuais as agressões se devem à ausência de tal aparelho. De todas as formas, percebemos como o biológico é significado pelo social e pelo cultural de maneira a permitir/sancionar agressões e como torna-se necessária a leitura dos corpos a partir de uma ótica de totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposta de complexidade, Morin pretende superar uma construção de conhecimento unidimensional e simplista, que reduz os conteúdos, ignora as interações e os diálogos, além de criar segmentações e hierarquizações. O pensamento complexo propõe reunir as partes heterogêneas do todo, que são inseparavelmente conexas, de maneira a encarar o paradoxo do uno e do múltiplo. Pretende-se construir um tecido a partir acontecimentos, ações, retroações e acasos que compõem a nossa realidade.

Devido as especificidades da teoria feminista, um diálogo com a proposta paradigmática de Morin é algo extremamente frutífero. A natureza desse campo teórico, por si só, é complexa: uma composição de partes heterogêneas e dialógicas, forjando categorias analíticas instáveis que mantêm um vínculo de retroalimentação específica e indissociável entre

sujeito-objeto, que se afetam mutuamente, caracterizando um tipo de ciência que foge ao padrão clássico.

Na busca para contemplar as reivindicações da diversidade de mulheres, a teoria feminista expandiu seus debates e suas elaborações, de maneira a forjar categorias analíticas que sejam adequadas e possam pensar todas as peculiaridades da vivência das mulheres, eliminando as exclusões e as discriminações.

Portanto, nas últimas décadas, esse campo teórico já se aproximou da complexidade, o que fica claro na categoria de interseccionalidade, que reconhece os múltiplos elementos que atravessam a vivência e a identidade das mulheres, de forma a determinar as exclusões e as violências sofridas. Entender o caráter interseccional é adotar uma visão multidimensional da realidade e das mulheres, logo é pensar de maneira complexa. Nessa mesma direção caminha outras vertentes feministas que buscam dar voz às mulheres silenciadas pelos movimentos feministas hegemônicos.

Entendemos que a complexidade já está presente na teoria feminista. O exercício elaborado no artigo foi justamente explicitar o que estava nas entrelinhas ou não havia sido nominado enquanto tal. Com isso, entendemos que não criamos distorções ou forçarmos um diálogo, mas apenas indicamos de que maneira as teóricas elencadas pensam a complexidade e como a teoria feminista pode se beneficiar dessa forma de organização de pensamento.

O pensamento completo permite reconhecer as singularidades e a heterogeneidade, sem risco de eliminar essas características, harmonizando essas instabilidades e integrando ordem e desordem, superando as disjunções. Dessa forma, compreendemos que a teoria feminista pode se utilizar da complexidade para interligar seus conhecimentos, superando as separações internas (que acaba pensando as mulheres a partir de grupos e categorias) e construindo um campo teórico que pense as mulheres em sua totalidade e sua diversidade, sem exclusões e disjunções.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. *La consciência de la mestiza*/Rumo a uma nova consciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 323-339.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, julho/dezembro de 2011, p. 9-41.

BIDASECA, Karina; VAZQUEZ, Vanesa. **Feminismos y (des)colonialidad. Las voces de las mujeres indígenas del sur**. 2010. Disponível em: <<http://pdfhumanidades.com/sites/default/files/apuntes/47%20-%20Bidaseca.pdf>>. Acessado em: 07 de novembro de 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-321.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271-310.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 95-118.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

LEELE, Ouka. **PourQuoi?** 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A80FDiFNsLM>. Acessado em: 24 de janeiro de 2020.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 239-249.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.02, p. 71-99, 1995.